



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 174/XIII/4.^a SL

Aos 3 dias do mês de outubro de 2018, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Trabalho e Segurança Social, na sala 2 do Palácio de S. Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

(I Parte)

Audição do Sindicato dos Estivadores e da Actividade Logística (SEAL), na sequência de requerimento apresentado pelo GP do BE;

(II Parte)

- 1. Apreciação e votação da ata n.º 173, de 26 de setembro de 2018;**
- 2. Distribuição de iniciativas legislativas - designação de Deputado autor de parecer e deliberação da submissão a apreciação pública ou de eventuais consultas a realizar;**
- 3. Discussão e votação na especialidade dos Projetos de Resolução n.º 1791/XIII/3.^a (BE) - Recomenda ao Governo que garanta que as habilitações literárias não são fator de exclusão da regularização de vínculos e sal guarde a situação dos trabalhadores no âmbito do PREVPAP e n.º 1799/XIII/3.^a (PCP) - Assegura aos trabalhadores sem o 12.º ano de escolaridade a não exclusão de concurso no âmbito do PREVPAP considerando os requisitos de admissão à data de início de funções, e quando necessário concede um prazo para a aquisição das exigidas habilitações;**
- 4. Apreciação e votação do relatório final das Petições n.º 276/XIII/2.^a, da iniciativa de Belmiro António Pinto dos Santos, que Solicita a regulamentação da atividade de prostituição, e n.º 361/XIII/2.^a, da iniciativa da Associação Comunitária, que Solicita a legalização da prostituição em Portugal.
Deputada relatora: Helga Correia (PSD)**
- 5. Fixação da redação final do Projeto de Resolução n.º 1755/XIII/3.^a (BE) - Recomenda ao Governo que diligencie para encontrar uma solução que mantenha disponíveis as duas creches e os três ATL da Junta de Freguesia do Centro Histórico do Porto;**
- 6. Apreciação de propostas para o Plano de Atividades da 4.^a Sessão Legislativa;**
- 7. Outros assuntos**

(I Parte)

Audição do Sindicato dos Estivadores e da Actividade Logística (SEAL), na sequência de requerimento apresentado pelo GP do BE;

A Senhora Vice-Presidente da Comissão de Trabalho e Segurança Social (CTSS), Deputada Wanda Guimarães (PS), que começou por presidir à reunião em virtude da impossibilidade de o Senhor Presidente estar presente no início dos trabalhos, começou por cumprimentar e dar as boas vindas aos representantes do Sindicato dos Estivadores e da Actividade Logística (SEAL), na pessoa do respetivo Presidente, António Mariano, enquadrando a sua vinda à Comissão no âmbito do requerimento apresentado pelo GP do BE face à gravidade dos factos descritos na reunião entre (o) Sindicato e a Comissão Parlamentar, no passado dia 17 de setembro”, descrevendo a



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 174/XIII/4.ª SL

metodologia adotada para aquela audição e dando a palavra ao Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) para apresentação do referido requerimento.

Usou de seguida da palavra o Senhor Presidente do Sindicato, António Mariano, já depois de o Senhor Presidente Feliciano Barreiras Duarte (PSD) ter assumido a presidência.

Na ronda única de intervenções usaram da palavra os Senhores e as Senhoras Deputadas Clara Marques Mendes (PSD), Wanda Guimarães (PS), José Moura Soeiro (BE), António Carlos Monteiro (CDS-PP) e Jorge Machado (PCP), tendo o Senhor Presidente do SEAL, António Mariano, respondido no final e em conjunto às questões colocadas.

A [audição](#) foi gravada em suporte [vídeo](#) e [áudio](#), constituindo parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede.

Logo após a audição, deu-se continuidade à reunião, de acordo com os termos constantes da respetiva ordem de trabalhos:

(II Parte)

1. Apreciação e votação da ata n.º 173, de 26 de setembro de 2018;

O primeiro ponto da ordem de trabalhos foi adiado para a próxima reunião ordinária da Comissão.

2. Distribuição de iniciativas legislativas - designação de Deputado autor de parecer e deliberação da submissão a apreciação pública ou de eventuais consultas a realizar;

Não existindo iniciativas legislativas para distribuir, passou-se para o ponto seguinte da ordem do dia.

3. Discussão e votação na especialidade dos Projetos de Resolução n.º 1791/XIII/3.ª (BE) - Recomenda ao Governo que garanta que as habilitações literárias não são fator de exclusão da regularização de vínculos e salvaguarde a situação dos trabalhadores no âmbito do PREVPAP e n.º 1799/XIII/3.ª (PCP) - Assegura aos trabalhadores sem o 12.º ano de escolaridade a não exclusão de concurso no âmbito do PREVPAP considerando os requisitos de admissão à data de início de funções, e quando necessário concede um prazo para a aquisição das exigidas habilitações;



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 174/XIII/4.^a SL

No âmbito do terceiro ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente deu conta que antecipando a sua ausência na reunião de hoje da Comissão, a Senhora Deputada Rita Rato (PCP), manifestara a concordância do seu Grupo Parlamentar com a proposta remetida pelo Grupo Parlamentar do BE (GP do BE), que aliás já fazia referência a essa consulta prévia do proponente da outra iniciativa englobada neste texto comum. Deste modo, colocou à consideração a possibilidade de efetuar a discussão das iniciativas ou de se passar de imediato à votação.

Depois de a Senhora Deputada Maria das Mercês Borges (PSD) ter solicitado algum tempo para poder consultar o documento proposto, já que este apenas fora remetido no decorrer da primeira parte desta reunião, o Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) deu conta da necessidade de se ausentar, juntamente com a Senhora Deputada Isabel Pires (BE), declarando ainda assim o voto favorável do texto conjunto que haviam remetido, reiterando a anuência do GP do PCP, e acrescentando que nada tinham a opor à proposta de redação final apresentada para o Projeto de Resolução n.º 1755/XIII/3.^a (BE)

Neste momento, a Senhora Deputada Maria das Mercês Borges (PSD) anunciou que já tivera oportunidade de aceder ao documento, afirmando que nada tinham a opor ao texto apresentado, e que se encontravam em condições de proceder à votação.

De igual modo, a Senhora Deputada Wanda Guimarães (PS) também afirmou que o seu Grupo Parlamentar se encontrava em condições de avançar para a votação.

Submetido a votação, foi a proposta de texto comum aprovada na especialidade com os votos a favor do PS, do BE e do PCP, e as abstenções do PSD e do CDS-PP.

4. Apreciação e votação do relatório final das Petições n.º 276/XIII/2.^a, da iniciativa de Belmiro António Pinto dos Santos, que Solicita a regulamentação da atividade de prostituição, e n.º 361/XIII/2.^a, da iniciativa da Associação Comunitária, que Solicita a legalização da prostituição em Portugal.

Deputada relatora: Helga Correia (PSD)

A Senhora Deputada Helga Correia (PSD) procedeu à apresentação do relatório conjunto das petições em epígrafe, começando por dar conta do objeto das petições e da análise efetuada, assim como das diligências efetuadas, e concluindo pelo envio do relatório ao Senhor Presidente da Assembleia da República e pela sua divulgação pelos grupos parlamentares, para eventual exercício do direito de iniciativa legislativa.



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 174/XIII/4.^a SL

Submetido a votação, foi o relatório aprovado por unanimidade, registando-se as ausências do GP do BE e do PCP, e sendo a Relatora saudada e cumprimentada pelo trabalho efetuado quer pelo Senhor Presidente, quer pelo Senhor Deputado Joaquim Raposo (PS).

5. Fixação da redação final do Projeto de Resolução n.º 1755/XIII/3.^a (BE) - Recomenda ao Governo que diligencie para encontrar uma solução que mantenha disponíveis as duas creches e os três ATL da Junta de Freguesia do Centro Histórico do Porto;

A redação final da iniciativa em epígrafe foi fixada nos termos propostos, registando-se a ausência do GP do PCP.

6. Apreciação de propostas para o Plano de Atividades da 4.^a Sessão Legislativa;

Neste ponto da ordem do dia, a Senhora Deputada Maria das Mercês Borges (PSD) manifestou a sua concordância com o documento distribuído, e que reunia as propostas e sugestões do programa da sessão legislativa anterior que ainda não haviam sido concretizadas.

Já a Senhora Deputada Wanda Guimarães (PS) deu a entender que se poderia proceder à substituição de algumas das iniciativas calendarizadas, podendo para o efeito o Senhor Presidente, se assim o entendesse, estabelecer um breve período de análise desta questão.

O Senhor Deputado Filipe Anacoreta Correia (CDS-PP) acompanhou as intervenções anteriores, não deixando de registar a ausência dos GP do BE e do PCP, que assim não se poderiam pronunciar, e sugerindo a realização de uma reunião de Mesa e Coordenadores para o efeito.

Neste momento, o Senhor Presidente lembrou que as últimas reuniões de Mesa e Coordenadores sobre este assunto não haviam sido conclusivas, sugerindo que cada Grupo Parlamentar pudesse definir cinco prioridades que gostavam de ver concretizadas nesta 4.^a e última Sessão Legislativa da XIII Legislatura.

Por seu turno, a Senhora Deputada Maria das Mercês Borges (PSD) recordou que as propostas de visita à ADFP – “Fundação Assistência, Desenvolvimento e Formação Profissional”, em Miranda do Corvo, e ao Refúgio Aboim Ascensão, em Faro, já vinham de trás, fazendo ainda alusão à visita encetada pela Comissão na 1.^a Sessão Legislativa, que passou designadamente por Braga, Guimarães e Vila Nova de Famalicão. Questionou ainda a possibilidade de visita a um *Callcenter* mais próximo



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 174/XIII/4.ª SL

que o da Covilhã e acrescentou que não acreditava que fosse possível concretizar a visita à Região Autónoma dos Açores, atendendo ao tempo disponível até ao final da Legislatura. Por fim, anunciou o desejo de se efetuar um balanço dos Grupos de Trabalho da Comissão na próxima reunião ordinária.

Seguiu-se a intervenção da Senhora Deputada Wanda Guimarães (PS), que concordou com a definição de cinco prioridades por cada Grupo Parlamentar, mencionando ainda que a propósito das comemorações dos 100 anos da Organização Internacional do Trabalho (OIT), se poderia levar a cabo uma conferência sobre o Trabalho Digno, que de resto constava da proposta de plano já distribuída.

Por sua vez, o Senhor Deputado Filipe Anacoreta Correia (CDS-PP) considerou que as sugestões dos Grupos Parlamentares deveriam ser circuladas, para evitar repetições, reiterando o compromisso do seu Grupo Parlamentar em cumprir o plano anteriormente assumido. Fez ainda menção à prioridade que dedicavam à temática da institucionalização de crianças e ao acompanhamento familiar, e ainda à formação profissional, evocando as já referidas visitas a Braga e à Trofa. De igual modo, sublinhou a relevância de efetuar o ponto de situação dos diferentes Grupos de Trabalho em funcionamento nesta Comissão. Terminou pugnando pela realização das visitas ao Refúgio Aboim Ascensão, em Faro, e ainda à Região Autónoma dos Açores, no seguimento da recente deslocação à Região Autónoma da Madeira.

Deste modo, e em jeito de conclusão, o Senhor Presidente sugeriu que os diferentes Grupos Parlamentares comunicassem as suas prioridades até a reunião ordinária da semana seguinte, concordando ainda com o balanço a efetuar da atividade dos Grupos de Trabalho.

7. Outros assuntos

Nesta sede, o Senhor Presidente lembrou a audição do Senhor Presidente do Conselho Diretivo do Instituto da Segurança Social, a ter lugar nesta Comissão na quarta-feira, 10 de outubro, pelas 10 horas, e deu conhecimento da realização de uma reunião conjunta com a Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas na quinta-feira, 11 de outubro de 2018, após a reunião plenária, no seguimento dos requerimentos dos GP do BE e do PCP sobre a situação dos trabalhadores da Ryanair, que haviam sido igualmente apresentados nesta 10.ª Comissão.



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 174/XIII/4.^a SL

Posto isto, tomou da palavra a Senhora Deputada Joana Barata Lopes (PSD), que a propósito do Grupo de Trabalho – Ordens Profissionais (GT – OP), do qual é Coordenadora, explicou que se havia assumido unanimemente a discussão separada das duas Ordens Profissionais em apreço, começando pelas iniciativas que propunham a constituição da Ordem dos Fisioterapeutas, que haviam baixado à CTSS em outubro de 2017, e só depois passando para a apreciação dos projetos de lei que visavam a criação da Ordem dos Assistentes Sociais, que haviam baixado à Comissão em março de 2018, para nova apreciação na generalidade. Deu conta que se procedera a seis audições no âmbito do primeiro processo legislativo, aguardando-se ainda pelo contributo escrito do Conselho Nacional de Saúde, já que na audição que contou com o seu presidente, o Professor Jorge Simões, este referira que não estava mandatado para falar em nome do órgão, mas apenas a título pessoal, o que acabaria por acontecer. Relatou ainda que entretanto o GP do PS solicitou que se iniciassem de imediato as audições relativas à constituição da Ordem dos Assistentes Sociais, comunicando que o seu Grupo Parlamentar não se opunha a tal pretensão, até porque têm sido confrontados com esta questão de forma sucessiva. Recordou que aludiu à metodologia a adotar nos trabalhos do GT no início da maioria das audições, sublinhando a importância de a Assembleia falar a uma só voz sobre as questões procedimentais e de tramitação do processo legislativo.

O Senhor Presidente agradeceu o ponto de situação e a clareza da exposição da Senhora Deputada, tendo então concedido a palavra à Senhora Deputada Clara Marques Mendes (PSD), que na qualidade de Coordenadora do Grupo de Trabalho – Parentalidade e Igualdade de Género (GT – PIG), sugeriu a realização de uma reunião para calendarização dos trabalhos posteriores deste GT na quarta-feira, 10 de outubro de 2018, pelas 14h30.

Já a Senhora Deputada Maria das Mercês Borges (PSD), Coordenadora dos Grupos de Trabalho – Audiências, Regime do Trabalho Noturno e por Turnos e Estatuto do Cuidador Informal, reiterou a inclusão e um ponto autónomo sobre esta matéria na ordem do dia da próxima reunião ordinária da Comissão, o que mereceu a concordância do Senhor Deputado Ricardo Bexiga (PS), que não deixou de frisar que o GT – OP se reportava a Ordens Profissionais, e não a apenas uma, defendendo que se deveria avançar de imediato para as audições decorrentes das iniciativas que propugnavam a criação da Ordem dos Assistentes Sociais, que é também muito



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 174/XIII/4.ª SL

relevante, e que merece a atenção da Assembleia. Por fim, concordou com o dever de celeridade enunciado pelo Senhor Presidente.

Seguiu-se a intervenção do Senhor Deputado Filipe Anacoreta Correia (CDS-PP), que saudou a Senhora Deputada Joana Barata Lopes (PSD) pelo trabalho efetuado no GT - OP, recordando outrossim as dificuldades anunciadas pelo Presidente do Conselho Nacional de Saúde para a emissão de parecer deste órgão, relativo á Ordem dos Fisioterapeutas. Como tal, anuiu que se passasse de imediato às audições relacionadas com as iniciativas que promoviam a criação da Ordem dos Assistentes Sociais, declarando compreender a ansiedade dos interessados nestes processos, o que deveria motivar a sua conclusão com a maior brevidade possível. Por outro lado, defendeu o encerramento dos trabalhos dos GT ainda em funcionamento para avançar com os demais que estão ainda pendentes. Notou ainda que havia ficado com a ideia que no GT – PIG só faltava fixar a data para apresentação de propostas de alteração, o que poderia ser concretizado por e-mail, tendo a Senhora Deputada Clara Marques Mendes (PSD) esclarecido que o escopo da reunião era precisamente esse, e que por e-mail seria mais difícil.

Retomando o uso da palavra, a Senhora Deputada Joana Barata Lopes (PSD) advogou que não fazia sentido deixar a discussão e votação na especialidade dos projetos de lei relativos à Ordem dos Fisioterapeutas para o final de todas as audições, repetindo que não houvera preterição dos Assistentes Sociais, e que a dissonância entre os Grupos Parlamentares gerava uma má imagem da Assembleia e da Comissão.

Neste ponto, a Senhora Deputada Wanda Guimarães (PS) considerou que todos os Grupos Parlamentares diziam a mesma coisa, e que não se poderia aguardar indefinidamente pelo parecer do Conselho Nacional de Saúde.

Deste modo, o Senhor Presidente encerrou a reunião sugerindo que a reunião de quarta-feira, 17 de outubro, se pudesse iniciar logo pelas 10h, para proceder a um debate mais aprofundado deste assunto, e sem prejuízo da proposta da Senhora Deputada Maria das Mercês Borges (PSD) de a discussão se poder realizar já na reunião ordinária da próxima semana.

A reunião foi encerrada às 12:30 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 174/XIII/4.ª SL

Palácio de São Bento, 8 de outubro de 2018.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO

Feliciano Barreiras Duarte



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 174/XIII/4.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Adão Silva
António Carlos Monteiro
Carla Barros
Clara Marques Mendes
Feliciano Barreiras Duarte
Filipe Anacoreta Correia
Isabel Pires
Joana Barata Lopes
Joaquim Raposo
José Moura Soeiro
José Rui Cruz
Luís Soares
Maria das Mercês Borges
Pedro Roque
Ricardo Bexiga
Rui Riso
Sandra Pereira
Sofia Araújo
Susana Lamas
Wanda Guimarães
Álvaro Batista
Francisco Rocha
Helga Correia
Maria da Luz Rosinha
Rui Cruz

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Carla Tavares
Rita Rato
Tiago Barbosa Ribeiro

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados: